



FACULDADE ASTORGA

**PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL
PPI**

**ASTORGA
2014**

FACULDADE ASTORGA – FAAST

DIRETORA

Neuza Maria Julião Fortunato

VICE - DIRETORA

Eliza Conceição Fantatto Encinas

COORDENADORA PEDAGÓGICA DOS CURSOS

Elena Pericin Gomes Cornicelli

COORDENADORES CURSOS

Pedagogia- Elena Pericin Gomes Cornicelli

Administração- Bener Luis Turini

COORDENADORA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Elena Pericin Gomes Cornicelli

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Neuza Maria Julião Fortunato

Eliza Conceição Fantatto Encinas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. JUSTIFICATIVA.....	7
3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	9
3.1. MISSÃO.....	9
3.2. VISÃO DE FUTURO.....	9
3.3. OBJETIVO GERAL.....	9
3.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
3.5. REFERENCIAIS ÉTICO-POLÍTICOS.....	10
3.6. REFERENCIAIS EPISTEMOLÓGICOS, EDUCACIONAIS E TÉCNICOS.....	11
4. ATIVIDADES DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO.....	12
4.1. ENSINO SUPERIOR.....	12
4.1.1. GRADUAÇÃO.....	12
4.1.1.1. INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO-LICENCIATURAS.....	13
4.1.1.2. BACHARELADO.....	14
4.1.2. POS GRADUAÇÃO.....	14
4.1.3. EXTENSÃO.....	15
5. MODALIDADES DE ENSINO.....	17
5.1. PRESENCIAL.....	17
6. CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS.....	18
7. PERFIL DO EGRESSO.....	19
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	20
8.1. ESTRUTURA CURRICULAR.....	20
8.2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CURRÍCULO.....	20
9. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	22
10. PERFIL DOCENTE.....	24
11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	25
11.1. POLÍTICA DE PESQUISA.....	25
11.2. POLÍTICA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	25
11.3. POLÍTICA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.....	26
11.4. POLÍTICA DE AÇÃO COMUNITÁRIA.....	27
12. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

APRESENTAÇÃO

O presente documento expressa o pensamento institucional-pedagógico-acadêmico e reflete sobre a educação superior, sobre a Faculdade Astorga e sua função social, sobre a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

O **Projeto Político Institucional** tem caráter propositivo, apresentando concepções e princípios em consonância com a legislação do ensino superior e com todas as demais diretrizes pertinentes que deverão constituir-se como referencial para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos e para o planejamento das ações educacionais.

Nesse sentido, a Faculdade Astorga propõe inovações e um novo dimensionamento do espaço acadêmico, em que as ações educacionais deverão estar voltadas para a formação de cidadãos capazes profissionalmente e que tenha participação ativa na construção de seus aprendizados e que estejam preparados para responder às necessidades decorrentes das mudanças da sociedade contemporânea.

O **Projeto Político Institucional** busca em sua implementação envolver todos aqueles que constroem cotidianamente a história da Faculdade Astorga – professores, estudantes, técnico-administrativos – para a concretização de um trabalho coletivo de qualidade – de ensino e política, de modo a permitir contemplar, o mais amplo possível os interesses prioritários de todos os segmentos da Faculdade, bem como suas expectativas de diálogo produtivo e renovador com a sociedade. Reforçamos através deste documento a intenção da Faculdade como Instituição em cumprir com suas responsabilidades e ações que fomentem muitas transformações.

Diretora Geral

1. INTRODUÇÃO

Os princípios e pressupostos da Faculdade ASTORGA, referidos no Projeto Político, sustentaram a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, para o período de 2014 a 2019.

O **Projeto Político Institucional** é construído no contexto da realidade de uma organização complexa – a faculdade - e sua estruturação que “revela as características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos e entre cursos, no sistema educacional superior e no contexto social do qual faz parte” (PEREIRA, 2002). A sua elaboração deve considerar a relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de cidadão que se pretende formar.

A construção do **Projeto Político Institucional** é processual, sendo desenvolvida com a integração de todos os elementos constitutivos: professores, estudantes, técnico-administrativos. Por apresentar característica sistêmica, o processo de construção está em contínua elaboração, avaliação e reconstrução. Um Projeto Político Pedagógico Institucional deve ser fruto da reflexão de um coletivo que assume posicionamentos, que define e redefine o seu diferencial e os rumos institucionais. Por isso todo Projeto Pedagógico é um ato Político como apontam Freire (1995) e Veiga (2004).

A implementação do **Projeto Político Institucional** da Faculdade ASTORGA inclui a participação e colaboração da comunidade acadêmica resultando em uma identificação institucional. As condições para sua implementação, de possibilidades e de seus limites, passam por questões dos contextos externos e internos da instituição. Internamente na FAAST propõe-se um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a contribuir para a sustentação de suas ações em valores éticos que sejam contra a omissão e contra o aumento dos problemas; firma sua posição como instituição responsável pelo engrandecimento da região. Isso significa que a Faculdade não está apenas cobrindo a demanda de mercado, mas buscando intervir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage.

O **Projeto Político Institucional** concretiza a condição de autonomia pedagógica da faculdade na sua competência para fixar os currículos dos cursos e programas de estabelecer os conteúdos programáticos de suas atividades/disciplinas – ainda que observadas as diretrizes gerais pertinentes – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisas científicas, produção artística e atividades de extensão (Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira – LDB – art. 53).

Com a autonomia estabelecida e a conseqüente eliminação do “obrigatoriedades”, faz-se necessário rever a forma de entender e organizar currículos, concebendo uma nova forma de construir o conhecimento e desenvolver o ensino e a aprendizagem.

O **Projeto Político Institucional** direciona a elaboração do projeto pedagógico de cada curso, qualquer que seja. O projeto pedagógico do curso deve refletir a organização curricular, conferindo organicidade para a obtenção da relevância das ações, definindo intencionalidades e perfis profissionais. Irá decidir sobre os focos decisórios do currículo (objetivos, conteúdo, metodologia, recursos didáticos e avaliação), analisar as condições reais e objetivas de trabalho, otimizar recursos humanos, físicos e financeiros, definir e administrar o tempo necessário para o desenvolvimento das ações.¹

O presente documento está estruturado a partir da justificativa de sua construção, onde contextualiza a Faculdade ASTORGA no cenário atual e as principais disposições legais e pedagógicas. Estabelece princípios orientadores – missão, visão de futuro, objetivo geral, objetivos específicos, referenciais éticos-políticos e referenciais epistemológicos, educacionais e técnicos – que alicerçam a política institucional. Traz no item do ensino, pesquisa e extensão, a questão da articulação e as políticas de cada uma das atividades, apresentando itens específicos sobre a Avaliação e Plano de Desenvolvimento Institucional, enquanto componentes indispensáveis ao Planejamento e Gestão da Faculdade ASTORGA. O **Projeto Político Institucional** pretende fornecer a direção, para o encaminhamento das ações educacionais.

¹ Parágrafo adaptado do capítulo nº 7 “Projeto Político-Pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar?” de Ilma Passos Alencastro Veiga (2000).

2. JUSTIFICATIVA

O atual processo de globalização da sociedade contemporânea vem gerando mudanças que se tornam cada vez mais evidentes na vida do cidadão. Uma das características do novo tempo é o volume de informações em todas as áreas do conhecimento e da atividade humana. Embora essas informações e o conhecimento gerado não sejam produzidos necessariamente na Faculdade, é dela que se originam os profissionais que integram as instituições inseridas no mercado.

O papel da Faculdade no que concerne à formação profissional necessita de uma redefinição e acompanhamento da evolução tecnológica, para definir os contornos do exercício profissional contemporâneo, considerando a formação acadêmica como tarefa que se realiza, necessariamente, no tempo das mudanças sociais.

Os indicativos marcados por modificações constantes na sociedade e no mundo do trabalho assinalam para a necessidade de uma educação revigorada, que colabore para a formação de cidadãos aptos para o trabalho, capazes de se integrar à vida social e produtiva. E na dimensão da integração ao mundo do trabalho, já não basta a competência técnica específica, o “saber fazer”. A capacidade de lidar com uma variedade de funções, com diferentes formas de agregação e mobilização de trabalhos; a comunicação ágil, e o saber agir na presença de imprevistos, entre outros, são requisitos igualmente importantes. O trabalhador deve ser, segundo Schumpeter (1982), um empreendedor, um contínuo inovador, agente de inovação tecnológica dentro do ambiente maior, que será a empresa inovadora e empreendedora.

Assume-se, portanto na IES um modelo no qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, onde todos os cidadãos possam partilhar dos avanços conquistados.

Não se pode contestar que os múltiplos papéis da Faculdade estão postos, dessa forma, dialética e crítica, a Faculdade contribui para o desenvolvimento científico, formando e gerando conhecimento para uma sociedade concreta; além de se por a serviço de uma concepção universal do ser cidadão, pois enquanto participante do desenvolvimento científico, será, ao mesmo tempo, agente crítico ao modelo da sociedade contemporânea.

De qualquer forma, a função social se impõe à faculdade contemporânea, que deverá orientar-se não só pelos desafios científicos, mas também pela questão ética que diz respeito à amplitude da atividade humana. Assim, parece fundamental que a faculdade, por todas as suas ações, busque o equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística.

No que diz respeito à Legislação é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB _ nº 9.394, de 20/12/1996, que influencia diretamente nas várias dimensões da vida acadêmica, criando novas modalidades de cursos superiores;

tornando temporários os reconhecimentos e as autorizações dos cursos; promovendo o credenciamento das Instituições de Educação Superior; estabelecendo avaliações permanentes, internas e externas; e exigências diferenciadas para as Instituições de Ensino Superior em relação aos contratos de trabalhos e à titulação do corpo docente.

As diretrizes curriculares, elaboradas pelas Comissões de especialistas e homologadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE encaminham à elaboração de projetos pedagógicos mais flexíveis e atentos aos diferentes aspectos da formação dos alunos, com respeito ao desenvolvimento da capacidade crítica, da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No atendimento das exigências da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172 em 09/01/2001, que estabelece as prioridades e metas da Educação Brasileira para os próximos 10 anos, renovadas decenalmente.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação – PNE estabelece para o Ensino Superior o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional e constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade.

Mediante as transformações do mundo contemporâneo, no compromisso da Faculdade estabelecido na missão institucional e na observação aos aspectos legais e pedagógicos que motivam a discussão de um projeto Político, a Faculdade ASTORGA propõe a construção de um novo Projeto Político Institucional.

Desse modo, a Faculdade ASTORGA, ao assumir o processo de mudança, procura instalar um ambiente favorável em sua comunidade acadêmica, tornando-a co-responsável e parceira da construção do modelo que incorpora a nova visão de futuro, pautada na excelência do ensino, nas metodologias inovadoras e ativas e nas novas relações da faculdade com a sociedade e com o mundo do trabalho, promovendo a educação e a cultura para um desenvolvimento profissional responsável e ético.

O ambiente favorável para a adoção do modelo proposto é essencial ao sucesso da proposta e deve garantir a participação de todos e abranger todos os segmentos da comunidade acadêmica: discente, docente e técnico-administrativo, buscando na construção do seu Projeto Político Institucional explicitar as concepções de homem, sociedade, educação, cidadão e profissional – e, a partir do entendimento institucional, promover uma profunda modificação na estruturação dos novos projetos pedagógicos dos cursos e nas atividades de pesquisa e extensão.

Dessa forma, as ações de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade ASTORGA devem estar sintonizados com o conhecimento científico, expressando novo paradigma de sociedade e de educação, garantindo a formação crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os problemas contemporâneos.

3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O presente documento estabelece como princípios orientadores: a missão, a visão de futuro, objetivo geral, objetivos específicos, referenciais éticos-políticos e referenciais epistemológicos, educacionais e técnicos.

3.1. MISSÃO

A Faculdade Astorga, tem como missão, oferecer à população formação intelectual, inclusão, e disseminação do conhecimento com qualidade e velocidade, acreditando que a educação é a melhor forma de construção do futuro.

3.2.VISÃO DE FUTURO E VALORES

A visão da instituição é a de que sejamos uma instituição de ensino singular na melhoria do nível educacional, traduzida por profissionais com valor e ética para a sociedade.

No desenvolvimento da sua atuação a instituição sempre buscou, e busca incessantemente, atribuir, para todos os seus envolvidos, e a sociedade que participa na instituição, o conjunto de valores que desenvolve e norteia a base para nossos discentes. Sabido disto, os valores que a instituição preza, crê e desenvolve em todos são:

- Respeito – Acreditamos que uma sociedade só melhora à medida que as pessoas saibam, até onde vão seus direitos e começa o direito dos outros, assim, o respeito dentro e fora da instituição, é fator relevante em qualquer processo interno, de seleção, ou evolutivo.
- Sinceridade – Buscamos em todos os relacionamentos, entre a instituição e seus envolvidos, demonstrar com a lealdade e a franqueza que se destina nosso trabalho, nosso nível de envolvimento e certeza de resultados, e, sobretudo a capacidade de demonstrar que somos capazes de aprender com erros.
- Transparência – Em cada atividade desenvolvida, acreditamos de importância singular, evidenciar nossas ações, portanto, não se constrói um ambiente de

conhecimento e capacitação, com atitudes obscuras, na busca de determinar isto aos nossos envolvidos, cremos que a transparência de nossas atividades é de extrema importância na formação do profissional.

- Integridade – Ao formar um conjunto de valores, a todos da instituição, determina-se que a integridade seja fator único, em cada etapa, buscamos demonstrar o valor do que é inteiro, que é incorruptível, e determinante na formação do caráter de professores, profissionais, e corpo administrativo.
- Simplicidade – No conjunto de valores, acreditamos que ser simples, é fator primordial para que haja todos os outros valores. Buscamos aplicar a cada envolvido da nossa instituição que a simplicidade traduz a excelência do que fazemos.
- Responsabilidade – Envolvidos cada vez mais em todos os âmbitos da sociedade, a educação e o conhecimento, possuem um fator coadjuvante cada vez mais presente, a responsabilidade, em todos os níveis, saber que as ações correspondem a uma consequência, traduz a sensatez com que mantemos nossas atividades.

3.3. OBJETIVO GERAL

Promover a educação e a cultura por meio das diversas modalidades de ensino, da pesquisa e extensão, para o desenvolvimento pessoal e profissional do ser humano, passando por uma visão de futuro que a FAAST deseja atingir a longo prazo.

3.4.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar técnicos, profissionais e especialistas em nível superior essenciais ao desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho da pesquisa científica, objetivando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão cultural para aprimorar o conhecimento do homem e do meio em que vive;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora de conhecimento de cada geração;
- Manter relações com estabelecimentos congêneres e instituições de pesquisa tanto públicas como privadas, nacionais ou estrangeiras para intercâmbio que propiciem o aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão;

- Divulgar o conhecimento cultural, científico e técnico que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino e outras formas de comunicação;
- Mobilizar os alunos para o desenvolvimento da sensibilidade para os fenômenos internos (subjetivos) e externos (relações do homem com a natureza e /ou com a sociedade);
- Estimular a prática da responsabilidade e do controle de comportamentos por um sistema de valores construídos.

3.5. REFERENCIAIS ÉTICOS-POLÍTICOS

A identidade da FAAST, como uma instituição de ensino superior, com responsabilidade social e socialmente responsável, visa a uma atuação solidária com reflexos na formação profissional, agregando valores e atitudes que norteiam a comunidade acadêmica no contexto da sociedade.

O **Projeto Político Institucional** da FAAST remete à formação do indivíduo como homem virtuoso, que na doutrina aristotélica é o homem completo – individual e coletivamente, potencializado de valores, capaz de responder às demandas sociais e de ser um agente de transformação na sociedade, sem prescindir da ética nas práticas humanas.

Como o processo formal de educação não pode ficar restrito apenas às ações realizadas em sala de aula, a FAAST busca a relação com a sociedade com o mundo do trabalho, a fim de promover o desenvolvimento integral do estudante, enquanto homem e sujeito social.

Os princípios éticos-políticos estabelecidos pela FAAST estão alicerçados nos seguintes princípios:

- Cidadania como patrimônio universal;
- Ética na atividade humana
- Responsabilidade institucional e social;
- Conhecimento e capacidade crítico baseado em sistema de valores e/ou paradigmas universais.

O processo pedagógico visa, portanto, sempre mais que o ensino, tendo em vista o envolvimento do estudante com a realidade do mundo contemporâneo. Analisando as atividades de ensino no processo de educação – que perpassa o papel social e político na formação do cidadão – faz-se necessário relacioná-las ao universo das aspirações e das necessidades da sociedade.

3.6. REFERENCIAIS EPISTEMOLÓGICO, EDUCACIONAIS E TÉCNICOS.

A FAAST, acompanhando as mudanças dos cenário: político, sociocultural, econômico, científico e educacional, se mantém atenta aos novos paradigmas e neles procura os referenciais necessários para a construção do seu **Projeto Político Institucional**. Nesse

sentido, a FAAST busca uma concepção contemporânea de ciência, que se constrói sobre a procura da verdade, sobre o contínuo questionamento das teorias, métodos e dos processos de investigação.

Epistemologicamente, a FAAST ao adotar este paradigma científico incorpora uma nova concepção de ciência que perpassa as ações de ensino, pesquisa e extensão. É preciso analisar e confrontar outros enfoques teóricos e observar a própria realidade. Nessa perspectiva, o referencial teórico-técnico deve estar em constante revisão e recriação, procurando definir, para cada ramo da ciência, quais métodos são mais confiáveis e pertinentes ao objeto de estudo, buscando selecionar quais proporcionam melhores condições de crítica sistemática e como deve ser desenvolvida pela comunidade científica.

Esta abordagem de ensino superior vem ultrapassar as práticas tradicionalmente adotadas, buscando tratar equilibradamente tanto os pressupostos da ciência e da tecnologia, quanto as necessidades do homem e da sociedade.

4. ATIVIDADES DE ENSINO E PESQUISA

4.1. ENSINO SUPERIOR

4.1.1. GRADUAÇÃO

Os cursos de graduação conferem diploma com grau de Bacharel, para o curso de Administração e, Licenciado, no caso do curso de Pedagogia, ou título específico referente à profissão. É possível obter os diplomas de bacharel e de licenciado cumprindo os currículos específicos de cada uma dessas modalidades. Além das disciplinas de conteúdo da área de formação, a Licenciatura requer também disciplinas pedagógicas e horas de prática de ensino, conforme a legislação vigente.

Os cursos de graduação oferecem um programa instrucional com requisitos específicos, como disciplinas, estágios e trabalho de conclusão do curso. Os Cursos de Graduação da FAAST seguem as Diretrizes Curriculares vigentes.

Na realização da função acadêmica de ensino nos cursos de graduação a FAAST considera que o aluno é o receptor do conhecimento científico e que é essencial que o processo educativo esteja voltado para a reflexão crítica; que a disciplina é o objeto sobre o qual incide aprendizagem do aluno e que o professor é o mediador, o orientador, aquele que vai ajudar o aluno, contribuindo para o domínio do conhecimento científico-cultural.

Para atender à sua missão e objetivos e em consonância com as demandas sociais, a FAAST pretende ministrar, além dos cursos de graduação, que compreendem: Laboratório de Ensino, Educação continuada, Núcleo de Prática, estágios, Nivelamento, Incubadora de negócios e Empresa Junior; outros cursos que se vinculem aos seguintes programas:

- Programa de Educação Continuada – compreendendo cursos de aperfeiçoamento, atualização ou complementação de estudos;
- Programa de Pós-Graduação – compreendendo cursos de especialização;
- Programa de Cursos de Extensão – integrados no planejamento geral das Atividades de Extensão.

As linhas expressas neste Projeto Institucional devem embasar o estabelecimento de uma política de ensino superior, pautada pelas seguintes diretrizes:

- A Educação Superior deve pautar-se pela otimização dos currículos; pela ação integrada entre a teoria e a prática; pela titulação e qualificação dos docentes e pela adequação da Biblioteca dos Laboratórios como meios permanentes de aprendizagem;
- O ensino de graduação deve assentar-se em sólidos conhecimentos fundamentais dos diversos campos do saber, relacionados com cada profissão;
- Os cursos de graduação, orientados pelos seus Projetos Pedagógicos construídos em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, deverão favorecer a formação de profissionais com uma visão ampla e crítica da realidade social, garantindo o estímulo à iniciação e à pesquisa científica, cultural e tecnológica, com vistas a uma ação transformadora da realidade;
- A pesquisa e as atividades de extensão, fundamentais à vida acadêmica, deverão estar articuladas ao ensino, produzindo novos conhecimentos, difundindo valores e promovendo, no ensino, a iniciação e a formação científica e a plenificação curricular;
- Na realização dos cursos de graduação devem ser adotados mecanismos especiais voltados para a recuperação das fragilidades de formação do ingressante, e ainda mecanismos que evitem a repetência e a evasão;
- A FAAST deve manter um programa de monitoria destinado exclusivamente a seus alunos, visando à complementação e o aprimoramento da aprendizagem do aluno, através da cooperação e do auxílio aos professores, nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- O estágio deve ser organizado de acordo com o currículo de cada curso e as normas específicas elaborados pela Coordenação de curso;
- A avaliação da aprendizagem deve ter como objetivo fornecer informações sobre o desempenho do aluno e o progresso de suas atividades de estudo, considerando-se as metas constantes dos programas de disciplina, explicitadas nos Planos de Ensino e Regimento Geral da FAAST, Título IV, Capítulo V.
- Espera-se dos acadêmicos dos cursos da FAAST que venham a apresentar um conjunto de características pessoais e profissionais oriundas de sua formação acadêmica, coerentes com a concepção curricular dos cursos.

4.1.1.1. LICENCIATURA: CURSO DE PEDAGOGIA

O Curso de Pedagogia previsto no artigo 4º da Resolução CP/CNE nº 1/2006, prevê a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio, na Modalidade

Normal, de Educação Profissional na Área de Serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Dispõe ainda em seu parágrafo único que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas educacionais empresas, ONGs e hospitais.

4.1.1.2. BACHAREL: CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O Curso de Administração previsto no artigo 3º da Resolução nº 1 CNE de 2 de fevereiro de 2004 deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador. O grau de Bacharel ou o título específico referente à profissão habilitam o portador a exercer uma profissão de nível superior. A FAAST oferta o curso de Bacharelado em Administração.

4.1.2. PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação deve se caracterizar pela excelência no ensino e na pesquisa, preocupando-se com a inovação, a criatividade e a diversidade, e não perder de vista o seu caráter de formação continuada, em cursos *latos* e *stricto sensu*, possibilitando a ampliação da atuação de mestres e doutores nas IES e a formação de profissionais especializados nas diversas áreas do conhecimento.

Os objetivos principais da pós-graduação visam à formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de pesquisa e docência no ensino superior e de profissionais preparados para o desenvolvimento de novas técnicas e processos para atender aos avanços do mercado de trabalho. Para atingir esses objetivos a pós-graduação foi estruturada em duas modalidades cuja definição estabelecida no Parecer nº977/65 do Ministério da Educação nomeou como cursos de pós-graduação em *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*.

A FAAST pretende ofertar a pós-graduação *Lato Sensu*, cujos programas objetivam a capacitação profissional e/ou acadêmica em áreas específicas. Serão oferecidos em duas modalidades, a saber:

1. Cursos que objetivam o aprimoramento das atividades profissionais e acadêmicas;
2. Cursos que objetivam exclusivamente o aprimoramento das atividades profissionais.

Nos cursos de PG *Lato Sensu* deverão ser observados os seguintes princípios: qualidade de ensino, de investigação científica e tecnológica e da produção artística; flexibilidade curricular como condição e de aprimoramento mais amplo nas áreas de conhecimento; comprometimento com a realidade regional e nacional; identificação e discussão dos problemas da área de estudo, bem como sua interação com áreas afins; estímulo às atitudes e atividades de iniciativa; desenvolvimento da capacidade de análise e de crítica.

Os cursos de PG *Lato Sensu* da FAAST serão propostos pela direção e apreciados pelo Conselho de Cursos que dará seu parecer. Após parecer favorável do Conselho, será feito o planejamento de ação de acordo com as políticas de pós-graduação *Lato Sensu* emanadas pela Legislação em vigor.

O programa de pós-graduação deve integrar cursos voltados para titular e capacitar docentes e profissionais, de interesse da sociedade, sendo a política de pós-graduação orientada pelas seguintes diretrizes básicas:

- A capacitação docente deve merecer tratamento especial e prioritário;
- Os programas de pós-graduação devem levar em conta as carências pedagógicas e técnicas do corpo docente e técnico-administrativo da FAAST, especialmente quando desenvolvidas através de cursos de aperfeiçoamento e de especialização;
- Os programas de pós-graduação, desenvolvidas pela FAAST, deve merecer avaliações sistemáticas de sua efetividade;
- Para a implantação da pós-graduação devem ser buscadas ações articuladas e parceiras com outras instituições de ensino e pesquisa.

4.1.3 EXTENSÃO

São cursos abertos a candidatos, independente do nível de formação, desde que atenda aos requisitos estabelecidos, em cada caso. Busca, principalmente, oferecer à comunidade o acesso ao conhecimento e à produção da faculdade.

Mediante o exposto acima a FAAST apresenta sua política de extensão com o objetivo de atender às necessidades de relacionamento com a comunidade externa, tanto local como regional, às necessidades de seus cursos no sentido de contemplar ações que visem à divulgação das profissões propondo atividades de extensão, ligadas ao cotidiano dos cursos e às necessidades da população local e regional, tanto no âmbito pessoal quanto empresarial.

A Política de Extensão da FAAST está ligada à Coordenação dos Cursos que é responsável pela realização de programas, cursos, projetos, culturais, artísticos, comunitários; profissionais e de comunicação Institucional, tudo em parceria com os Cursos de Graduação e de Pós-Graduação.

Os cursos serão implantados sempre atentos às exigências da atualidade, com o intuito de atender às necessidades pessoais, profissionais e do futuro profissional da população local e regional, acompanhando as transformações resultantes da modernização e da tecnologia.

As atividades de extensão da FAAST ocorrerão sem prejuízos às atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, mas como extensão dessas funções junto à comunidade local, visando, sobretudo, contribuir para elevar as condições de vida da comunidade local e para o progresso e desenvolvimento da região.

As atividades de extensão serão realizadas através de cursos, assessoramento ou serviços a pessoas ou a instituições.

A política de extensão, a partir dessa concepção, se define através das seguintes diretrizes:

- As atividades de extensão devem ser divulgadas, inclusive sob a forma de cronograma de ações, para que efetivamente delas participem, internamente, a comunidade acadêmica e, externamente, a comunidade em geral;
- As atividades de extensão, sempre que possível, serão planejadas para se constituir em campo de estágio ou ocasião de prática e aplicação para os alunos da FAAST;
- As atividades de extensão devem confluir para que laboratórios, incubadoras, clínicas, agências prestadoras de serviço, como órgãos complementares, sejam catalisadores de recursos alternativos para a FAAST, devendo favorecer o aprendizado prático dos alunos e envolvê-los em projeto específicos;
- As atividades de extensão devem ser orientadas pelas Coordenações de Cursos com o apoio dos demais órgãos da FAAST.

5. MODALIDADES DE ENSINO

5.1. PRESENCIAL

O ensino, na graduação e na pós-graduação da FAAST, é ministrado na modalidade presencial, na qual exige a presença do estudante em 75% das aulas e em todas as avaliações, conforme estabelecido em seu Regimento Geral.

6. CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS

Trata-se do referencial norteador de como criar e articular as condições de aprendizagem nos diferentes projetos dos cursos. A concepção metodológica dos cursos deverá estar em consonância com os demais elementos que compõem o **Projeto Pedagógico dos Cursos**. Na sua definição, há de se ter presente a concepção da organização curricular, a necessidade de aproximação dos objetivos/conteúdos com o contexto de inserção local/regional/nacional, como uma das formas de assegurar a relação do Projeto Pedagógico dos cursos com a comunidade.

7. PERFIL DO EGRESSO

O mundo contemporâneo requer inovação contínua e exige uma estreita integração entre o mercado de trabalho e instituições de ensino superior, principalmente no que se refere à formação de profissionais, capazes de superar a rápida obsolescência das soluções do presente.

O perfil de egresso a ser construído por meio da formação profissional de nível superior é constituído de:

- Espírito científico, pensamento reflexivo e estímulo a criação cultural;
- Aptidão para a inserção nos diversos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Capacidade de investigação científica e de criação e difusão da cultura
- Domínio de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- Capacidade de comunicar esses conhecimentos através do ensino, de publicações e de outras formas de divulgação científico-cultural;
- Capacidade de desenvolver trabalho colaborativo;
- Desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

O perfil do egresso também será explicitado no Projeto Pedagógico de cada curso, sendo que a formação do acadêmico deve ser coerente com a concepção curricular do curso. Sobretudo, a proximidade da FAAST com as realidades: social, econômica, política e cultural possibilita uma prática pedagógica que privilegia o ensino contextualizado, problematizador e crítico.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular se configura como um conjunto de elementos intencionalmente articulados para o processo formativo em consonância com a missão institucional e seus princípios, respeitando os referenciais epistemológicos, educacionais e técnicos, de acordo com as Diretrizes Curriculares emanadas do MEC.

A organização dos conteúdos deverá propiciar o alcance não só dos perfis finais previstos, bem como daqueles intermediários.

8.1. Estrutura Curricular

A elaboração da estrutura curricular poderá fazer-se de forma livre, para que o curso exercite sua criatividade e autonomia na direção dos objetivos desejados. Há que se buscar uma linguagem concisa e clara, permitindo o alcance das metas previstas, principalmente no tocante à temporalidade necessária a cada perfil, demonstrando-se os blocos de disciplinas e/ou eixos temáticos e/ou módulos que compõem os perfis.

8.2. Elementos Constitutivos do Currículo

O currículo deve configurar-se como um sistema de tal modo que os elementos que o constituem mantenham uma articulação funcional. Assim sendo, na organização da matriz curricular, os conteúdos curriculares estão dispostos em básicos e específicos.

- **Conteúdos de Formação Básica:** esse núcleo agrega conteúdos essenciais para a formação profissional que podem ser introduzidos em qualquer período do curso, desde que anterior aquele para o qual seus fundamentos são necessários.
- **Conteúdos de Formação específica:** São conteúdos inerentes ao conhecimento e à prática profissional. O desdobramento dos conteúdos em atividades curriculares dependerá da proposta pedagógica de cada curso, devendo contar obrigatoriamente com atividades que promovam integração teoria/prática e a iniciação profissional.

A matriz curricular organiza-se em:

- **Disciplina ou equivalente:** conjunto de estudos e atividades correspondentes a um programa desenvolvido em um período letivo em número de horas pré-fixado;
- **Unidade temática:** conjunto de conteúdos de uma mesma área do conhecimento, que emanam do eixo articulador;
- **Eixo articulador:** grandes temas em torno dos quais estão articuladas as unidades temáticas específicas para cada uma das áreas do conhecimento;
- **Estágio curricular:** atividade de cunho teórico-prático, formativa e supervisionada que ocorre interna e externamente à IES. A FAAST mantém um programa de estágio, responsável pela gestão e estímulo ao fomento dos convênios entre ela e demais organizações, com vistas à oferta de estágios destinados aos alunos. A forma como serão organizados os estágios de cada curso deve ser descrito detalhadamente no plano de estágio, que deve contemplar carga-horária, pré-requisitos, objetivos, competências e habilidades a desenvolver durante o estágio, metodologia, avaliação, orientação, supervisão;
- **Monografia ou TCC:** a realização de monografia ou similares deve ocorrer como exercício de aprendizado, de fixação de habilidades e competências, síntese de conhecimentos adquiridos durante a vida acadêmica e iniciação científica. O estudante, guardando pertinência com a proposta pedagógica do curso, desenvolve estudo sobre tema escolhido, sob orientação e avaliação docente. No desenvolvimento da monografia ou TG devem-se definir objetivos e normas claras de estruturação, sistema de orientação e avaliação;

Atividade complementar: na FAAST as Atividades Complementares são abordadas através de: congressos, seminários, cursos, palestras, conferências e outros temas, atividades da Semana Acadêmica, monitoria e estágios não obrigatório em projetos sociais e não sociais.

9. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO

A) Da avaliação discente

A avaliação deve reorientar o estudante no desenvolvimento da aprendizagem e o professor no replanejamento de suas atividades, considerando os objetivos do curso e o perfil do egresso.

Nos cursos de graduação em que a estrutura curricular estabelece a variedade de perfis, o processo de desenvolvimento das competências/habilidades ocorre em níveis crescentes de complexidade, numa avaliação final de cada perfil intermediário. A avaliação propicia visibilidade do processo de aprendizagem integrada do estudante, tendo como referência o objetivo previsto para aquele perfil.

Na indagação quanto à forma de avaliação a ser utilizada na mensuração e análise dos perfis, a faculdade estabelece que esta não deverá ser sentenciosa, mas sim, de verificação e diagnose. Enquanto verificação determinará se o perfil almejado foi plenamente alcançado. Como diagnose, estará demonstrando o porquê tal perfil não fora atingido, permitindo assim alimentar e reorientar as mudanças que se fizerem necessárias.

A avaliação da aprendizagem dos cursos está pautada nos princípios da aprendizagem e no compromisso com o desenvolvimento pleno dos acadêmicos nas dimensões, humana, cognitiva, política, ética e filosófica. As práticas avaliativas são construídas voltadas para a democratização, favoráveis ao processo pedagógico, referendada na problematização, na cientificidade e na definição de critérios.

No contexto dos cursos, o conhecimento é avaliado na observação das habilidades e competências do ato de ensinar, em situações reais. Situações nas quais busca-se romper com a visão restrita, fragmentada e individual, configurando um novo modelo, pautado em ambiente de manifestações cultural, de produções de conhecimentos e de responsabilidade coletiva. Neste sentido, a avaliação é desenvolvida na preocupação com o coletivo, nos grupos de trabalho e pesquisa, que contemplem conteúdos, processos, habilidades e competências.

Uma avaliação acadêmica fundamentada nos princípios descritos, regulamentada e apresentada ao aluno em documentos do regimento da FAAST, na Agenda Escolar ou similar, onde são apresentadas as normas de aproveitamento acadêmico e definição de índices de frequência.

As atividades curriculares realizadas por meio de trabalhos de grupo, pesquisa, produção individual escrita e provas se orientam por critérios cientificamente definidos.

A avaliação, assim, tem uma perspectiva processual, problematizadora e contextualizada, com acompanhamento dos avanços do acadêmico durante a realização do curso, levando-se em conta os seguintes critérios:

a) Em relação às atitudes:

- Pontualidade e frequência;
- Leitura prévia dos textos;

- Atividades de troca e respeito para com o grupo;
- Pontualidade na entrega dos trabalhos.

b) Em relação à produção em grupo:

- Contribuição nos debates e sínteses realizadas durante as aulas;
- Atitude reflexiva diante dos diferentes pontos de vista teórico-práticos;
- Participações nas discussões em sala de aula, apontando soluções para os problemas apresentados.

b) Em relação às habilidades e competências individuais (oral e escrita):

- Clareza e coerência na apresentação de idéias;
- Compreensão da teoria discutida, através de informações e argumentações consistentes;
- Curiosidade intelectual na pesquisa e produção de textos;
- Capacidade de analisar situações-problema e apresentar soluções criativas; e
- Habilidade de identificar conceitos.

B) Avaliação do projeto pedagógico dos cursos.

Para assegurar que a concepção de avaliação se efetive na prática, não só no que diz respeito ao acompanhamento do modo como o estudante evolui em suas aprendizagens, como também da qualidade da formação propiciada, os Cursos também serão alvo de avaliação constante, seja utilizando os resultados do processo de avaliação forma e sistemática realizada sob coordenação institucional, seja levando em consideração os resultados das avaliações externas – Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – e as contribuições de professores e estudantes no que se refere à operacionalização e/ou reformulação do currículo. O curso estará em permanente processo de repensar, buscando sempre o aperfeiçoamento e a adequação aos novos tempos e às novas necessidades que os movimentos da sociedade vão impondo.

10. PERFIL DOCENTE

O processo contínuo de mudanças que ocorre na sociedade contemporânea leva à reflexão sobre o perfil e o papel do docente, desejado pela Instituição.

As inúmeras habilidades que a vida atual requer e as multiplicidades das informações disponíveis exercem uma enorme pressão sobre as verdades inquestionáveis da prática pedagógica, logo, alguns desafios surgem, tornando-se necessário que o profissional docente disponha de uma excelente formação básica (base conceitual) e formação específica consistente, que garantam subsídios para que seja formador de um profissional de qualidade, participe na construção do conhecimento e autêntico articulador do ensino, da pesquisa e da extensão.

O contexto de mudanças no Ensino Superior promove reflexos na vida acadêmica requerendo do docente a internalização de que a educação continuada é o mola propulsora para sobrevivência no novo cenário. Exige-se dele também, que desenvolva uma grande capacidade de integração (condição essencial para o sucesso das relações interpessoais , que garante o sucesso das ações anteriormente planejadas).

O recrutamento e seleção, na FAAST, devem prever a contratação de um profissional, considerando o perfil que será estabelecido nos requisitos de formação, competências, experiência profissional, titulação, produção científica, regime de trabalho.

O perfil definido deve responder se a qualificação do professor é adequada à proposta pedagógica do curso.

11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

11.1. POLÍTICA DE PESQUISA

As atividades de pesquisa da FAAST estão ancoradas no princípio de que aprender a pensar é uma atitude metodológica que se aplica a qualquer disciplina. Uma de suas funções é conduzir ao aprendizado de métodos e técnicas para o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente e exercitar a habilidade pra lidar com problemas e buscar soluções.

A pesquisa, que tem seu núcleo básico nas Coordenações de cursos, estará voltada para a busca de novos conhecimentos e será utilizada como recurso para a geração e o aprimoramento de atitude científica indispensável a uma formação do conhecimento consistente e ao trabalho dos profissionais de nível superior.

Constituem diretrizes essenciais da FAAST, no campo da pesquisa:

- A pesquisa deve ser permanentemente estimulada como instrumento de trabalho que orienta a (re)descoberta do conhecimento e que alimenta o ensino;
- Os projetos de pesquisa integrados aos programas de ensino serão desenvolvidos sob a forma de atividades curriculares, posicionadas a partir da segunda metade dos cursos de graduação;
- Na execução dos projetos de pesquisa deve-se buscar sempre integrar às atividades a efetiva participação dos acadêmicos;
- As linhas de pesquisa e áreas temáticas deverão servir para o desenvolvimento de programas de iniciação científica, ao nível dos cursos de graduação;

11.2. POLÍTICA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica institucionalizada se fará no âmbito do ensino, em função da pesquisa realizada e do desenvolvimento da extensão e através dos programas de pós-graduação, constituindo-se, portanto, em uma modalidade de investimento acadêmico que tem sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais, com a responsabilidade de contribuir para uma melhor qualificação do aluno com o profissional e como membro da sociedade.

A pesquisa constitui, juntamente com a pós-graduação, instrumentos para o desenvolvimento científico e tecnológico. Por ser estratégico ao desenvolvimento regional e nacional, a gestão da pesquisa exige, além de competência e habilidades, conhecimento da política nacional e dos diferentes órgãos de fomento.

A FAAST insere na sua missão a promoção da geração do conhecimento para proporcionar a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A política de pesquisa da FAAST fundamentada, também, nos princípios da autonomia institucional e em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece a:

- Consolidação gradual de grupos de pesquisa, buscando torná-los de excelência em nível nacional;
- Consolidação gradual de grupos de pesquisa com outros professores de outras IES;
- Manutenção de um grupo de professores pesquisadores permanentes, do seu quadro total de professores;
- Concentração das atividades de pesquisa em temas locais e regionais, preferencialmente.

Para garantir a execução das políticas de pesquisa faz-se necessário prover ações essenciais, como:

- A manutenção da instituição credenciada/cadastrada em órgão de fomento como a Fundação Araucária e CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico e CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Ensino Superior;
- A criação de fundos institucionais de apoio à pesquisa;
- A participação de pesquisadores em eventos científicos e tecnológicos;
- A existência de grupos de pesquisa docentes cadastrados no CNPq;
- A implantação/manutenção de programa de Iniciação Científica.

11.3. POLÍTICA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

A estrutura da FAAST se constitui no meio organizacional para a realização dos objetivos institucionais, podendo ser modificada e melhorada, em vista de atingi-los mais adequadamente. A estrutura se compõe basicamente dos órgãos Deliberativos, executivos e a de apoio constante no regimento Geral, em seus artigos 5º, 6º e 7º. Os órgãos deliberativos se constituem no principal instrumento formal de participação e integração da FAAST e a Coordenação de curso se institui como a base para o exercício das funções de ensino, pesquisa e extensão.

A gestão participativa, o planejamento integrado, a avaliação permanente e a sustentabilidade econômica e acadêmica se constituem nos princípios básicos da administração da FAAST.

A opção por uma administração partilhada e um funcionamento institucional integrado deve tomar corpo, através de gestos e atitudes esperados dos membros da comunidade

interna e exercitados no dia-a-dia da convivência acadêmica. Em vista disto, no que diz respeito a sua política administrativa, a FAAST deve adotar as seguintes diretrizes:

- O sistema de planejamento integrado abrangerá todos os níveis da FAAST e a execução dos planos estratégicos e operacionais será devidamente acompanhada e avaliada;
- Os Planos Anuais se pautarão por avaliações periódicas, visando a seu aperfeiçoamento no intuito de atingir as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Os padrões de eficiência administrativa e gerencial devem ser sistematicamente avaliados visando ao melhoramento e ao aperfeiçoamento dos mesmos;
- A política de recursos humanos deve estar pautada num sólido sistema de recrutamento e seleção de pessoal. Ao mesmo tempo em que se busque a titulação e a qualificação dos docentes, devem ser criados mecanismos que motivem a permanência, o comprometimento e o envolvimento institucional dos professores com a FAAST;
- A pesquisa e a extensão devem merecer tratamento próprio na estrutura organizacional, de forma a serem alavancados a sua produção e a sua participação institucional;
- A gestão financeira na FAAST deverá ser norteada, por orientações políticas e técnicas de sua Entidade mantenedora;
- A FAAST deverá regular suas despesas em função das receitas, visando manter-se auto sustentável, otimizando o recebimento das semestralidades, e buscando, por todas as formas a seu alcance, especialmente através da ação de sua entidade mantenedora, recursos externos, com vistas a promoção de seu crescimento qualitativo e sua qualidade operacional; e
- A administração da FAAST será exercida em cumprimento deste Projeto Institucional, que deverá ser aperfeiçoado em sua formulação e em sua consecução.

11.4. POLÍTICA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

A partir da flexibilização e do advento de práticas didáticas inovadoras, a Extensão tem assumido uma postura muito diferente da concepção tradicional baseada, “nas carências imediatas da população, numa perspectiva a-política e assistencialista, que acaba reduzindo-se, na prática, às ações esporádicas, eventuais e secundárias.” (SILVA, M. G. M; SPELLER).

Os cursos de extensão devem caracterizar-se pela interação recíproca de professores, estudantes e sociedade, buscar a reformulação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, para adquirir uma estrutura ágil e dinâmica, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros da Instituição.

As ações de Extensão e Ação Comunitária devem conduzir a Faculdade, cada vez mais, a estabelecer a identidade institucional, firmada na missão de promover o ensino e a geração do conhecimento, formando o profissional compromissado com uma sociedade justa.

Para o desenvolvimento dessa política e consecução dos objetivos, as ações de Extensão e Ação Comunitária se realizarão por meio de programas, projetos, eventos, cursos de atualização e capacitação, cooperação interinstitucional, divulgação e publicação da produção acadêmica, prestação de serviços e de apoio à comunidade. Políticas ligadas ao núcleo de prática – NUPRE – através de projetos de cada curso, sendo regulamentada e anexada ao projeto Pedagógico de cada curso.

A FAAST entende como Ação Comunitária, as atividades desenvolvidas pela faculdade, sem um vínculo direto com os programas de ensino e de pesquisa. Abre-se, assim, um espaço para a realização de ações, junto à comunidade interna e externa.

As atividades potencializam:

- Apoio ao estudante em sua trajetória no ensino superior, com relação a aspectos culturais, de ensino, pesquisa, extensão, profissão e de cidadania;
- Ações que promovam a qualidade de vida dos funcionários da FAAST, para atendimento do desenvolvimento pessoal e profissional;
- Ações culturais, desportivas e de manifestações artísticas;
- Ações integradas com setores públicos e privados – em suas várias instâncias – e com as entidades da sociedade civil, abrangendo programas, projetos, eventos, cooperação interinstitucional e a prestação de serviços.

A realização das atividades relativas à extensão e ação comunitária exige:

- O estabelecimento de relações operacionais pautadas em duas premissas: o cumprimento do estabelecido nas peças regimentais da faculdade e a agilidade dos procedimentos;
- A disponibilização no orçamento da faculdade, de recursos físicos, materiais e humano, destinados ao seu desenvolvimento;
- A existência de um espaço específico na estrutura organizacional, para abrigar a gestão dessas políticas;
- A instalação de uma cultura permanente de avaliação, buscando estabelecer retroalimentação, além da prospecção de novos cenários.

12. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional constitui-se num processo de importância para as instituições de ensino superior, face ao crescente interesse e necessidade da eficiência institucional e melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas na faculdade.

A avaliação institucional, como parte da gestão estratégica da instituição, articulada ao planejamento do seu desenvolvimento, significa um processo, mais que um conjunto de resultados. Não se resumirá a meros relatórios estatísticos ou a estudos provenientes da aplicação de questionários entre os vários segmentos da instituição. Também, não se limitará a dados agregados, referentes a inúmeros indicadores como a relação professor/aluno, professor/ funcionário, a área dos laboratórios e o acervo bibliográfico. Mas, sim, dirá sobre essas informações e outras informações qualitativas, documentais,

apresentadas em entrevistas, em mesas redondas com envolvimento de membros da instituição e da sociedade.

A avaliação institucional, na FAAST, constituirá um conjunto amplo de conhecimentos recolhidos com o propósito de oferecer um entendimento a respeito dos principais problemas e acertos da instituição, tomando como marco referencial: o presente – quadros comparativos e julgamentos relacionando diferentes áreas ou instituições; o passado – por meio da comparação com o planejamento anterior ou com experiências históricas consolidadas; o futuro – buscando um olhar prospectivo e relacionada a algo desejado pela faculdade, incluindo as condições efetivas pra atingir os objetivos.

Diante do exposto, a FAAST assume, como uma de suas emergentes políticas, a implementação de um eficiente Programa de Avaliação Institucional, constituindo-se em uma ampla mudança de paradigmas na comunidade acadêmica. Isso porque, para que o programa possa lograr êxito, não pode ser desenvolvido a partir de uma fórmula pronta. É uma cultura a ser implementada e desenvolvida, segundo as necessidades da instituição. Uma cultura em que a faculdade não remeterá à premiação, e nem à punição, mas buscará desenvolver mecanismos para que todos participem do processo pra alcançar a excelência institucional.

O Ministério da Educação instituiu através da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, o Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), modificando substancialmente o processo de avaliação em prática da Educação Superior. O MEC, ao criar o SINAES considera que esta nova modalidade de avaliação centrada no SINAES tem a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados.

Assim, o SINAES apresenta como características fundamentais da nova proposta a avaliação institucional como centro do processo avaliativo; a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais.

Para a Faculdade Astorga, pensar a graduação na faculdade, sua dimensão, suas dificuldades e problemas de forma contextualizada, inserida na complexidade da situação político-social e econômico-educacional brasileira atual, representa um grande desafio. Implica num trabalho de responsabilidade, de analisar a faculdade, sua eficiência/eficácia, sua relação com a sociedade, e sua posição junto à sociedade civil, bem como sua necessidade de reestruturação e reconstrução. Frente a esse contexto nacional a faculdade necessita urgentemente rever processos, rotinas, currículos e a sua forma tradicional de inserção, relacionamento e interlocução com a sociedade.

As discussões sobre avaliação da educação superior sucedem desde antes do golpe militar da década de 1960, todavia, o maior avanço ocorreu nos anos 1990, com a elaboração da Avaliação das Universidades Brasileiras por meio de um documento básico, ou seja, uma proposta nacional, conhecida como PAIUB. Analisando a avaliação como um instrumento de suma importância para o planejamento e a gestão universitária, basicamente defendia-se os princípios da globalidade, não punição e não premiação, adesão voluntária, legitimidade,

continuidade, autocrítica, atitude diagnóstica, estabelecimento de compromissos com a sociedade inserção no momento histórico (Brasil, 1993).

Nesse período, o processo de avaliação proposto versava de uma etapa de diagnóstico dos cursos de graduação onde deveria ser incluída à avaliação externa e reavaliação. Dessa forma, a avaliação deveria ser contínua e sistemática, de caráter institucional, realizada com intensa participação da comunidade acadêmica, integrando a avaliação interna à externa. No entanto, o PAIUB e seu grupo gestor foram afastados no final dos anos 1990, mesmo que isso tenha importunado críticas de múltiplos segmentos no meio acadêmico.

Antecipadamente, com a publicação da Lei nº 9.131, em 1995, foi instituído o Exame Nacional dos Cursos (ENC), mais conhecido como Provão, onde era instituída a obrigatoriedade da realização de exames nacionais para avaliação do desempenho dos formandos do curso. Auferindo inúmeras críticas de diversos segmentos da sociedade, o Provão enfrentou boicote considerável, o que levou à publicação do Decreto nº 2.026, de 1996, com a retomada de diversos indicadores de avaliação propostos no Documento Básico do PAIUB.

Com a publicação em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Superior (Lei nº 9.394) e sua regulamentação em 1997, por meio do Decreto nº 2.207, o caráter regulatório das avaliações foi obtido. Deste momento em diante, a autorização e o reconhecimento dos cursos, assim como o credenciamento das IES teriam prazos limitados e só deveriam ser renovados após a realização do processo regular de avaliação. A desarticulação entre o ENC e os outros processos avaliativos era criticada e também o seu caráter midiático e a pouca contribuição para a melhoria do ensino superior, desconsiderando peculiaridades regionais, locais e institucionais (Zandavalli, 2009).

Em 2003, uma nova comissão, a Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA) foi criada para reformular o sistema de avaliação e, após a realização de várias audiências públicas com entidades representativas de diversos segmentos da sociedade brasileira, foi proposto o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que consistia em uma proposta de uma nova metodologia de avaliação, a partir do aperfeiçoamento de procedimentos e instrumentos utilizados anteriormente (Brasil, 2004).

Em abril de 2004 entrou em vigor a Lei nº 10.861, que instituía o SINAES com a finalidade de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes (art. 1)

Sabendo da importância do processo de autoavaliação institucional, a FAAST - Faculdade Astorga, por meio da Resolução do CONSUNI nº 1, de 02 de fevereiro de 2009, instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a “atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, e de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)”, em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei de criação do SINAES (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004).

No processo de auto-avaliação da FAAST, almeja-se, além de constituir programas de formação continuada, é imprescindível valorizar a interdisciplinaridade e transversalidade na constituição e composições curriculares. Ainda, em conformidade com os princípios da avaliação propostos no SINAES, pretende-se buscar a uniformidade da avaliação interna com a externa, reconhecendo como imprescindível a voz da comunidade e da sociedade a que serve essa Instituição nesse processo de avaliação.

Para que haja uma sintonia nesse processo é necessário operar através da adoção de indicadores apropriados e que estejam em consonância com os princípios e diretrizes próprias dessa modalidade, sendo que dessa forma poderão ser identificados atributos desejáveis desses indicadores como: disponibilidade informacional, facilidade de acesso, facilidade de utilização, objetividade, compatibilidade intra e inter sistemas, permanência, viabilidade de obtenção de dados. Ainda devem ser levados em consideração: validade, confiabilidade, simplicidade, sensibilidade, desagregabilidade, estabilidade, mensurabilidade e auditabilidade. Alguns dos indicadores institucionais relevantes para a avaliação de ensino, pesquisa, extensão e gestão comprometidos com a qualidade e democratização do ensino podem ser apontados: número de vagas ofertadas, estruturas curriculares, número de estudantes, número de professores, número de servidores técnico-administrativos, evasão e acessibilidade. É necessário ainda Ressaltar que essa relação de indicadores não se deseja ser exaustiva, pois a dinâmica desse processo avaliativo e a necessidade de seu aperfeiçoamento são constantes, precisando ser frequentemente alimentados.

Ao longo da implementação da Avaliação Institucional, tem entendido que não se trata apenas de levantar dados, elaborar questionário, aplicá-los, analisá-los, utilizando técnicas sofisticadas, produzir relatórios, publicá-los, considerando os diversos ângulos da vida da instituição. Esses aspectos são de relevância, mas, o importante é ter clareza do que deve ser feito com os resultados levantados, com todos esses dados e informações colhidas. O importante é saber de que modo a Avaliação Institucional pode ser efetivo e eficiente instrumento de mudança e busca de uma inserção concreta no contexto sócio-econômico e política do país.

A Avaliação Institucional da Faculdade Astorga – FAAST vem sendo realizada na Instituição e cabe, neste momento, uma reflexão sobre o que foi realizado e o repensar, não só dos instrumentos, mas também das formas de avaliação empregadas até o momento e a nova proposta.

Neste sentido, é importante ressaltar que a presente proposta resgata o que já foi realizado e que tem dado resultado e propõe as alterações necessárias ao novo momento que se experiencia.

O processo da Avaliação Institucional da Faculdade Astorga – se desenvolveu com a consideração de alguns princípios básicos: conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos; reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; envolvimento direto dos segmentos da comunidade acadêmica, da auto-avaliação da instituição como um todo e de cada um dos segmentos nela envolvidos; conhecimento dos resultados do processo e participação na decisão acerca da sua utilização.

A presente proposta de Avaliação da Faculdade Astorga visa, em última análise, concretizar de forma sistemática o processo avaliativo, não apenas para cumprir a legislação, mas com o intuito de reconhecer o perfil da faculdade que temos e da que buscamos, oferecendo subsídios para que, nos momentos certos, decisões adequadas sejam corretamente tomadas.

É para esta jornada, que deve ser conjunta, que estamos convidando toda a comunidade acadêmica. Somando os esforços de todos, com certeza, serão maiores as nossas possibilidades de êxito na trajetória rumo à melhoria da qualidade de serviços prestados pela Faculdade Astorga.

A Faculdade Astorga se reconhece como um conjunto complexo de processos e relações, que vão se produzindo em seu próprio cotidiano, e, por isso mesmo, não se apresenta como realidade pronta e acabada. Para avaliá-la é preciso saber o que ela é, o que faz e o modo pelo qual exerce as funções que lhe cabem. Usada em consonância com a especificidade da Faculdade a Avaliação Institucional interna pode e deve tornar-se instrumento fundamental para o aprimoramento de suas tarefas, para a sua tomada de decisão e para seu planejamento estratégico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Faculdade ASTORGA, consciente da complexidade apresentada pelo atual cenário acadêmico, vem empreendendo esforços no sentido de criar uma ambiência saudável junto à comunidade acadêmica, com vistas a uma construção coletiva, em que todos compromissados, possam contribuir pra o desenvolvimento da instituição.

O Projeto Político Institucional da FAAST, consciente das transformações da realidade propõe um encaminhamento contínuo para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções poderão acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas e de uma diminuição da desigualdade social. Assim a FAAST, estaria considerando a responsabilidade que lhe cabe ao defender a sustentação de suas ações em valores éticos. A Faculdade está consciente de que seu papel não é apenas receber demandas da sociedade, nem apenas dialogar com ela. Seu papel é propriamente constitutivo e estruturador. Ao produzir, discutir e difundir conhecimento estará contribuindo para transformações sociais.

A construção desse documento não se esgota aqui, será constantemente realimentado, sempre com o objetivo de contribuir para a sustentação e o enfrentamento de desafios, com senso de empreendimento e determinação em se pensar constantemente sobre as próprias ações, avaliando resultados e perspectivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano nacional de educação. Brasília, 2001.

FRAUCHES, Celso da Costa (Org.) LDB anotada e legislação complementar: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Marília, SP: CM Consultoria de Administração, 2000.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. Por uma Pedagogia da Pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. O ensino superior no século XXI: visões e ações, Paris, 1998.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto político: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, Sérgio, CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs). O que há de novo na Educação Superior – do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas SP: Papirus, 2000.

_____, Ilma P. A. Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.

SILVA, Maria das Graças Martins; SPELLER, Paulo. Extensão Universitária: Qual é o seu lugar no contexto da Universidade? [Http://www.ufmt.br/revista /rev13/ext_univers.html](http://www.ufmt.br/revista/rev13/ext_univers.html), acesso em 10/10/2013.

VIGOTSKY, L. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Psicologia e pedagogia. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. SP: Moraes, 1991.